



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIDSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://etcetec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-4d32-3d56f5b94b1d



# BALANÇO

## FINANCEIRO

### INDIVIDUAL

# 2025

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INDIVIDUAL





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (IV)</b>	<b>560.426,15</b>	<b>825.556,82</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (X)</b>	<b>655.966,55</b>	<b>566.670,81</b>
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
- Inscrição de Restos a Pagar Processados	60.668,01	337.936,17	- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	197.470,07	632.616,61
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	429.048,56	487.620,65	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	398.479,30	500.428,20
21881010103 - IPSEMP - SERVIDOR	44.424,39	47.981,28	21881010103 - IPSEMP - SERVIDOR	44.209,20	47.558,42
21881010201 - INSS - SERVIDOR	240.183,96	243.063,57	21881010201 - INSS - SERVIDOR	238.364,88	244.361,51
21881010202 - INSS - PESSOA FISICA	22.661,51	51.690,25	21881010202 - INSS - PESSOA FISICA	22.661,51	59.717,14
21881010203 - INSS - PESSOA JURIDICA	20.363,21	0,00	21881010203 - INSS - PESSOA JURIDICA	20.473,61	0,00
21881010401 - IRRF - SERVIDOR	27.382,72	23.195,42	21881010401 - IRRF - SERVIDOR	24.486,66	40.013,33
21881010402 - IRRF - PESSOA FISICA	0,00	7.550,99	21881010402 - IRRF - PESSOA FISICA	0,00	10.630,45
21881010403 - IRRF - PESSOA JURIDICA	1.991,43	402,20	21881010403 - IRRF - PESSOA JURIDICA	1.561,59	509,97
21881010801 - ISS - PESSOA FISICA	1.148,60	17.847,20	21881010801 - ISS - PESSOA FISICA	637,14	30668,47
21881010802 - ISS - PESSOA JURIDICA	27,94	764,46	21881010802 - ISS - PESSOA JURIDICA	28,00	38.416,60
21881011001 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.961,95	2.148,68	21881011001 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.664,99	82.016,63
21881011104 - PROSMED	4.485,00	1.467,00	21881011104 - PROSMED	3.473,00	1.417,80
21881011105 - PLUS SAUDE	0,00	720,00	21881011105 - PLUS SAUDE	0,00	0,00
21881011106 - SYSTEM SAUDE	4.264,80	4.567,20	21881011106 - SYSTEM SAUDE	3.504,90	9.110,10
21881011301 - SISMUP	618,14	759,40	21881011301 - SISMUP	585,20	6.004,04
21881011303 - TALLESGÁS SISMUP	0,00	85,00	21881011303 - TALLESGÁS SISMUP	85,00	0,00
21881011311 - NENO DIST. SISMUP	450,00	200,00	21881011311 - NENO DIST. SISMUP	250,00	0,00
21881011501 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	19.620,12	17.278,24	21881011501 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	18.208,12	18.208,22
21881011502 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO SANTANDER	14.364,60	25.288,13	21881011502 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO SANTANDER	14.030,50	30.533,52
21881011516 - CONSIGNADO SANTANDER CONVÊNIO P.M.P	1.030,00	0,00	21881011516 - CONSIGNADO SANTANDER CONVÊNIO P.M.P	1.030,00	0,00
21881011519 - PREVIPLAN CARD	540,43	0,00	21881019907 - DESC. FALTAS DE SERVIDOR	120,00	0,00
21881019907 - DESC. FALTAS DE SERVIDOR	503,00	3.912,00	21881019909 - VALE-GÁS	105,00	0,00
21881019908 - Desconto 13º Salário	17.274,22	37.699,63	113810801 - SALÁRIO FAMÍLIA - RPPS	15.983,49	0,00
21881019909 - VALE-GÁS	105,00	0,00	113810802 - SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	20.403,49	0,00
21881019910 - DESC FALTA DE SERVIDOR - FMS	120,00	0,00	113810901 - SALÁRIO MATERNIDADE - RPPS	10.777,80	0,00
21881019914 - DESC PAGAMENTO INDEVIDO	2.527,54	0,00	113810902 - SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	12.852,40	0,00

Documento assinado digitalmente por: MARIA ROSA LINDA SOARES DE ARAUJO MACHADO  
 Acesso em: https://www.tce.pe.gov.br/ppp/calib/DocAssin/DocAssin.asp?doc=504509401d



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2014



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
218810499 - OUTROS DEPÓSITOS	0,00	1.000,00	- Outros Pagamentos Extraorçamentários	60.017,18	0,00
113810801 - SALÁRIO FAMÍLIA - RPPS	15.983,49	0,00			
113810802 - SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	20.403,49	0,00			
113810901 - SALÁRIO MATERNIDADE - RPPS	10.777,80	0,00			
113810902 - SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	12.852,40	0,00			
- Outros Recebimentos Extraorçamentários	70.709,58	0,00			
211419800 - OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	10.692,40	0,00			
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>759.678,35</b>	<b>1.034.046,32</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>1.769.286,44</b>	<b>759.678,35</b>
- Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	759.678,35	1.034.046,32	- Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	1.769.286,44	759.678,35
11111190003 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - FMAS	477,28	0,00	11111190003 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - FMAS	477,28	0,00
11111509903 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FMAS	759.201,07	1.034.046,32	11111509903 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FMAS	1.768.809,16	759.201,07
- Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00	- Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
<b>TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)</b>	<b>9.982.766,32</b>	<b>10.192.476,87</b>	<b>TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)</b>	<b>9.982.766,32</b>	<b>10.192.476,87</b>

Documento assinado digitalmente por: MARCO ANTONIO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
 Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=9d51ec60-b706-49a2-a532-3a565b94b1d



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Anexo**

Especificação	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>29.429,80</b>	<b>0,00</b>	<b>29.429,80</b>	<b>16.775,25</b>	<b>0,00</b>	<b>16.775,25</b>
<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>	<b>3.271.243,49</b>	<b>0,00</b>	<b>3.271.243,49</b>	<b>2.837.624,48</b>	<b>0,00</b>	<b>2.837.624,48</b>
- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social - (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Assistência Social	3.208.185,83	0,00	3.208.185,83	2.748.669,48	0,00	2.748.669,48
- Outras Destinações de Recursos	63.057,66	0,00	63.057,66	88.955,00	0,00	88.955,00
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.300.673,29</b>	<b>0,00</b>	<b>3.300.673,29</b>	<b>2.854.399,73</b>	<b>0,00</b>	<b>2.854.399,73</b>

ANNA FLAVIA ARAUJO DANTAS SILVA  
**SECRETÁRIA - 126.603.934-19**

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
**CONTADOR CRC.016643/O-1**

Documento Assinado em 26/03/2026 por ANNA FLAVIA ARAUJO DANTAS SILVA  
 Código de Verificação: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a565b94b1d

# Fundo Municipal de Assistência Social de Pesqueira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUISSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3d56f5f94b1d

### a) Informações Gerais

#### a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Assistencia Social de Pesqueira CNPJ: 12.200.692/0001-09

#### a.2. Domicílio da entidade

Av Carlos de Brito, s/n  
Centro, Pesqueira – PE  
CEP: 55200-000

#### a.3. Dados do gestora

ANNA FLÁVIA ARAUJO DANTAS SILVA  
Cargo: SECRETÁRIA  
CPF: 126.603.934-19

#### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA  
JUNIOR CRC: 16643/O-1

#### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Assistencia Social de Pesqueira concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 3.486 de 19 de novembro de 2024 (LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

#### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de Dezembro de 2024 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

#### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da seguinte Entidade do Município de Pesqueira:

Fundo Municipal de Assistencia Social de Pesqueira

### b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

#### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE



Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

## **b.2. Bases de mensuração utilizadas**

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 11ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

### **b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extra-orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

### **b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### **b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### **b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

### **b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2025, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2025, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta



forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

#### **b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

#### **b.2.7. Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.



#### b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

#### b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

#### b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

### c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

#### c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

##### Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2025 totalizaram R\$ 3.300.673,29. Houve um aumento de R\$ 446.273,56 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 2.854.399,73.

##### Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 5.361.988,53. Houve uma queda de R\$ 116.485,47 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 5.478.474,00.

##### Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 560.426,15, sendo R\$ 429.048,56 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 60.668,01 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 70.709,58 decorrentes de outros recebimentos extra- orçamentários.

##### Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 759.678,35, sendo R\$ 759.678,35 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.



**Nota 5: Despesa orçamentaria**

A despesa orçamentária empenhada do exercício de 2025 totalizaram R\$ 7.557.513,33. Houve um aumento de R\$ 1.309.613,38 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 8.867.126,71.

**Nota 6: Transferências financeiras concedidas**

O valor das transferências concedidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2024.

**Nota 7: Desembolsos extra orçamentários**

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 655.966,55, sendo R\$ 655.966,55 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 398.479,30 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 197.470,07 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

**Nota 8: Saldo para o exercício seguinte**

O saldo disponível em 31/12/2025 foi de R\$ 1.769.286,44, sendo R\$ 1.769.286,44 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

**d) Outras Informações Relevantes**

**d.1. Resultado financeiro do período**

O saldo final do exercício de 2025 totalizaram R\$ 9.982.766,32. Houve um aumento de R\$ 209.710,55 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 10.192.476,87.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	759.678,35
+	Receita Orçamentária	3.300.673,29
+	Transferências Financeiras Recebidas	5.361.988,53
+	Recebimentos Extra Orçamentários	560.426,15
-	Despesas Orçamentárias	7.557.513,33
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	655.966,55
=	Saldo para o Exercício Seguinte	1.769.286,44

**d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos**

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

**d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.4. Divulgações não financeiras**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:****TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):**

Para Execução Orçamentária R\$ 5.361.988,53  
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):**

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

**f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:****RECURSO ORDINÁRIOS:**

Totalizando R\$ 0,00

**RECURSOS VINCULADOS:**

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

**g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balço Financeiro**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extra-orçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

**j) Adequação ao PIPCP:**

As informações apresentadas neste Balço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIDSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://etcetec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-4d32-3d56f5b94b1d



# BALANÇO

## FINANCEIRO

### INDIVIDUAL

# 2025

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INDIVIDUAL



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.606/2018



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>214.819,80</b>	<b>1.019.311,08</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VII)</b>	<b>81.724,50</b>	<b>1.495.577,70</b>
- Recursos Não Vinculados	77.619,80	1.019.311,08	- Recursos Não Vinculados	81.724,50	1.495.577,70
- Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	137.200,00	0,00	- Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Assistência Social	136.500,00	0,00	- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social (Exceto RPPS)	0,00	0,00	- Recursos Destinado a Previdência Social (Exceto RPPS)	0,00	0,00
- Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	- Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00
- Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	- Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
- Outras Vinculações	700,00	0,00	- Outras Vinculações	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>92.000,00</b>	<b>72.000,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
451120202 - REPASSE RECEBIDO - FMDCA	92.000,00	72.000,00	- Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
- Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00			
<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS CONCEDIDAS (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	- Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
- Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00	- Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (IV)</b>	<b>3.945,20</b>	<b>0,00</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Documento emitido em 25/03/2026 às 18:46:15. Acesso em: https://www.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam?codigo\_documento=9d51ec60-b706-49a2-a532-3a565b94b1d





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.005/2014



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Anexo**

Especificação	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>77.619,80</b>	<b>0,00</b>	<b>77.619,80</b>	<b>1.019.311,08</b>	<b>0,00</b>	<b>1.019.311,08</b>
<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>	<b>137.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>137.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social - (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Assistência Social	136.500,00	0,00	136.500,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Destinações de Recursos	700,00	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>214.819,80</b>	<b>0,00</b>	<b>214.819,80</b>	<b>1.019.311,08</b>	<b>0,00</b>	<b>1.019.311,08</b>

GEOVANE KLEYDSO BEZERRA DA SILVA  
**PRESIDENTE - 082.420.724-69**

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
**CONTADOR CRC.016643/O-1**

Documento Assinado em 25/03/2026 18:46:15  
 Assinado por MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
 Documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a565b94b1d

# Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira

## Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIZSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://tce.tce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

### a) Informações Gerais

#### a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira CNPJ: 04.374.791/0001-70

#### a.2. Domicílio da entidade

Pç. Comendador José Didier, s/n  
Centro, Pesqueira – PE  
CEP: 55200-000

#### a.3. Dados do gestor

GEOVANE KLEYDSON BEZERRA DA SILVA  
Cargo: PRESIDENTE  
CPF: 082.420.724-69

#### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
CRC: 16643/O-1

#### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 3.486 de 13 de novembro de 2024 (LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

#### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de Dezembro de 2025, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, de 18 de Dezembro de 2025, Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de Dezembro de 2025 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

#### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da seguinte Entidade do Município de Pesqueira:

Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira

### b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

#### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

# Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIZSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://tcece.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

### **b.2. Bases de mensuração utilizadas**

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2025 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 11ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

#### **b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

#### **b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### **b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### **b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### **b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2025, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2025, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao

# Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUISSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

### **b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio da Prefeitura Municipal de Pesqueira deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

### **b.2.7. Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

# Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUISSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://eetec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9451ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

### b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

### b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

## c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

### c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

#### Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2025 totalizaram R\$ 214.819,80. Houve uma queda de R\$ 804.491,28 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 1.019.311,08.

#### Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 92.000,00. Houve um aumento de R\$ 20.000,00 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 72.000,00.

#### Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 3.945,20, sendo R\$ 1.874,40 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 2.070,80 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

#### Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 17.930,90, sendo R\$ 17.930,90 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

#### Nota 5: Despesa orçamentaria

A despesa orçamentária empenhada do exercício de 2025 totalizaram R\$ 81.724,50. Houve uma queda de R\$ 1.415.853,20 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 1.497.577,70.

#### Nota 6: Transferências financeiras concedidas

Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança  
e do Adolescente de Pesqueira

Nota Explicativa  
Balanço Financeiro  
Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIZSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

O valor das transferências concedidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudança em relação ao exercício de 2024.

**Nota 7: Desembolsos extra orçamentários**

Os desembolsos extraorçamentários totalizam R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extraorçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

**Nota 8: Saldo para o exercício seguinte**

O saldo disponível em 31/12/2025 foi de R\$ 246.971,40, sendo R\$ 246.971,40 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

**d) Outras Informações Relevantes**

**d.1. Resultado financeiro do período**

O saldo final do exercício de 2025 totalizaram R\$ 328.695,90. Houve uma queda de R\$ 1.186.812,70 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 1.515.508,60.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	17.930,90
+	Receita Orçamentária	214.819,80
+	Transferências Financeiras Recebidas	92.000,00
+	Recebimentos Extra Orçamentários	3.945,20
-	Despesas Orçamentárias	81.724,50
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	0,00
=	Saldo para o Exercício Seguinte	246.971,40

**d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos**

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

**d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.4. Divulgações não financeiras**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:**

**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):**

Para Execução Orçamentária R\$ 92.000,00

Fundo Municipal de Defesa Dos Direitos da Criança  
e do Adolescente de Pesqueira

Nota Explicativa  
Balança Financeiro  
Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIZSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://stc.ce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9451ee60-b706-49a2-a532-34565f994b1d

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):**

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

**f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:**

**RECURSO ORDINÁRIOS:**

Totalizando R\$ 0,00

**RECURSOS VINCULADOS:**

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

**g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balança Financeiro**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extra-orçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

**j) Adequação ao PIPCP:**

As informações apresentadas neste Balança, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.

**GEOVANE KLEYDSON BEZERRA DA SILVA**  
PRESIDENTE, CPF 082.420.724-69

**MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR**  
CONTADOR, CRC 16643/0-1



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIDSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://etcetec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-4d32-3d56f5b94b1d



# BALANÇO

## FINANCEIRO

### INDIVIDUAL

# 2025

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INDIVIDUAL



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.005/2014



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>106.817.566,35</b>	<b>95.496.063,03</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VII)</b>	<b>113.695.933,73</b>	<b>100.245.551,92</b>
- Recursos Não Vinculados	195.007,33	111.926,63	- Recursos Não Vinculados	12.268.326,17	8.946.572,25
- Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	106.622.559,02	95.384.136,40	- Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	101.427.607,56	91.304.016,67
- Recursos Destinados à Educação	106.622.559,02	95.384.136,40	- Recursos Destinados à Educação	101.427.607,56	91.304.016,67
- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00	- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social (Exceto RPPS)	0,00	0,00	- Recursos Destinado a Previdência Social (Exceto RPPS)	0,00	0,00
- Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	- Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00
- Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	- Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
- Outras Vinculações	0,00	0,00	- Outras Vinculações	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>8.393.972,16</b>	<b>10.650.581,38</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
451120204 - REPASSE RECEBIDO - FME	8.393.972,16	10.650.581,38	- Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
- Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00			
<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS CONCEDIDAS (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	- Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
- Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00	- Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (IV)</b>	<b>24.348.658,89</b>	<b>18.506.490,30</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (X)</b>	<b>19.984.329,73</b>	<b>21.573.246,23</b>

Documento emitido em 26/03/2026 às 18:31:37  
 Acesso em: https://www.tre.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo\_documento:9d51ec60-b706-49a2-a532-3a565b94b1d



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
- Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.442.029,35	855.590,09	- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.484.522,41	2.290.070,53
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.694.644,02	17.378.250,68	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.304.004,48	19.002.880,06
21881010103 - IPSEMP - SERVIDOR	5.066.980,74	4.792.528,91	21881010103 - IPSEMP - SERVIDOR	4.654.208,54	6.081.994,35
21881010104 - IPSEMP TETO	100,78	0,00	21881010201 - INSS - SERVIDOR	1.968.744,31	1.859.778,30
21881010201 - INSS - SERVIDOR	2.007.966,02	1.878.181,85	21881010202 - INSS - PESSOA FISICA	95.747,28	79.228,52
21881010202 - INSS - PESSOA FISICA	104.052,77	113.138,07	21881010203 - INSS - PESSOA JURIDICA	604.058,63	399.704,38
21881010203 - INSS - PESSOA JURIDICA	633.871,46	474.151,07	21881010401 - IRRF - SERVIDOR	4.320.407,12	4.222.203,34
21881010401 - IRRF - SERVIDOR	4.320.407,12	3.777.182,22	21881010402 - IRRF - PESSOA FISICA	28.328,83	29.404,42
21881010402 - IRRF - PESSOA FISICA	28.328,83	24.436,44	21881010403 - IRRF - PESSOA JURIDICA	348.058,82	711.778,18
21881010403 - IRRF - PESSOA JURIDICA	348.058,82	619.304,35	21881010801 - ISS - PESSOA FISICA	39.172,65	12.688,21
21881010801 - ISS - PESSOA FISICA	39.714,08	51.533,23	21881010802 - ISS - PESSOA JURIDICA	631.776,70	546.990,18
21881010802 - ISS - PESSOA JURIDICA	618.540,72	523.238,46	21881011001 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.707,75	198,45
21881011001 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.277,00	20.441,28	21881011104 - PROSMED	33.699,80	34.180,63
21881011104 - PROSMED	34.652,90	33.354,43	21881011105 - PLUS SAUDE	15.990,00	19.140,00
21881011105 - PLUS SAUDE	15.640,00	18.268,00	21881011106 - SYSTEM SAUDE	10.935,60	11.390,03
21881011106 - SYSTEM SAUDE	10.872,90	11.208,53	21881011301 - SISMUP	118.925,98	111.560,23
21881011301 - SISMUP	116.055,31	114.338,83	21881011302 - SINTMEP	174.922,80	169.300,95
21881011302 - SINTMEP	181.906,87	164.875,47	21881011303 - TALLESGÁS SISMUP	0,00	0,00
21881011303 - TALLESGÁS SISMUP	0,00	4.355,00	21881011304 - TALLESGÁS SINTMEP	0,00	0,00
21881011304 - TALLESGÁS SINTMEP	0,00	2.302,00	21881011305 - RETENÇÕES ENT. REP. CLASS	2.992,10	0,00
21881011310 - NENO DIST. SIMTMEP	12.890,00	4.270,00	21881011310 - NENO DIST. SINTMEP	12.850,00	0,00
21881011311 - NENO DIST. SISMUP	15.935,00	5.340,00	21881011311 - NENO DIST. SISMUP	16.875,00	0,00
21881011501 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	3.594.692,36	3.240.674,19	21881011501 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	3.562.126,18	3.190.880,54
21881011502 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO SANTANDER	1.417.654,38	1.384.762,80	21881011502 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO SANTANDER	1.426.586,78	1.368.400,72
21881011503 - EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANCO DO BRASIL	51.643,12	59.297,01	21881011503 - EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANCO DO BRASIL	51.968,01	61.800,42
21881011515 - CONSIGNADO SANTANDER CONVÊNIO S.M.S	0,00	910,17	21881011515 - CONSIGNADO SANTANDER CONVÊNIO S.M.S	0,00	910,17
21881011518 - CONSIGNADO CARTÃO SAÚDE DMI	3.885,00	0,00	21881011518 - CONSIGNADO CARTÃO SAÚDE DMI	3.255,00	0,00
21881011519 - PREVIPLAN CARD	12.942,42	0,00	21881011519 - PREVIPLAN CARD	4.434,08	0,00



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 13.001/2016



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
21881011520 - CONSIGNADO NOSSA GENTE (Desc. NG CARD)	24.175,54	0,00	21881011520 - CONSIGNADO NOSSA GENTE (Desc. NG CARD)	18.550,27	0,00
21881019903 - DESC HOSPITAL DO CANCER	65,88	71,94	21881019903 - DESC HOSPITAL DO CANCER	65,88	0,00
21881019904 - ABONO FAMÍLIA	0,00	480,78	21881019904 - ABONO FAMÍLIA	0,00	480,78
21881019907 - DESC. FALTAS DE SERVIDOR	12.795,00	47.802,90	21881019907 - DESC. FALTAS DE SERVIDOR	11.027,28	5.998,60
21881019908 - Desconto 13º Salário	8.239,05	4.236,00	21881019908 - Desconto 13º Salário	1.465,00	8.239,05
21881019910 - DESC FALTA DE SERVIDOR - FMS	0,00	296,45	21881019910 - DESC FALTA DE SERVIDOR - FMS	0,00	296,45
21881019914 - DESC PAGAMENTO INDEVIDO	379,50	7.270,30	21881019914 - DESC PAGAMENTO INDEVIDO	411,69	98,51
21881019916 - NG CARD	6.688,90	0,00	21881019916 - NG CARD	6.688,90	0,00
21881019917 - DESCONTO JUDICIAL	398,70	0,00	21881019917 - DESCONTO JUDICIAL	398,70	0,00
21881030101 - Ordem Judicial	2.832,85	0,00	218810301 - DEPÓSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	398,70	0,00
113810801 - SALÁRIO FAMÍLIA - RPPS	0,00	299,10	21881030101 - Ordem Judicial	1.336,32	0,00
113810802 - SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	99.536,23	98.844,16	218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	135.889,78	0,00
113810902 - SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	99.052,12	173.506,27	113810801 - SALÁRIO FAMÍLIA - RPPS	0,00	305,54
- Outros Recebimentos Extraorçamentários	211.985,52	272.649,53	113810802 - SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	100.988,22	104.000,04
211419800 - OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	13.397,17	0,00	113810902 - SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	94.814,62	167.990,06
			- Outros Pagamentos Extraorçamentários	195.802,84	274.333,64
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>3.502.383,24</b>	<b>667.086,68</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>9.382.317,18</b>	<b>3.502.383,24</b>
- Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	3.502.383,24	667.086,68	- Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	9.382.317,18	3.502.383,24
1111190006 - BANCOS CONTA MOVIMENTO- FME	103.324,96	174.784,46	1111190006 - BANCOS CONTA MOVIMENTO- FME	286.979,76	103.324,96
11111509905 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FME	3.399.058,28	492.302,22	11111500404 - CDB- FME	4.933,80	0,00
- Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00	11111509905 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FME	9.090.403,62	3.399.058,28
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	- Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
			- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
<b>TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)</b>	<b>143.062.580,64</b>	<b>125.320.221,39</b>	<b>TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)</b>	<b>143.062.580,64</b>	<b>125.320.221,39</b>

Documento assinado digitalmente por MARGARETTE RIBEIRO DE SAUS  
 Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validarDoc.seam?codigo\_documento=9154560-b70-422-532-2a815b94b1d



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Anexo**

Especificação	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>195.007,33</b>	<b>0,00</b>	<b>195.007,33</b>	<b>111.926,63</b>	<b>0,00</b>	<b>111.926,63</b>
<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>	<b>106.622.559,02</b>	<b>0,00</b>	<b>106.622.559,02</b>	<b>95.697.585,06</b>	<b>313.448,66</b>	<b>95.384.136,40</b>
- Recursos Destinados à Educação	106.622.559,02	0,00	106.622.559,02	95.697.585,06	313.448,66	95.384.136,40
- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social - (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>106.817.566,35</b>	<b>0,00</b>	<b>106.817.566,35</b>	<b>95.809.511,69</b>	<b>313.448,66</b>	<b>95.496.063,03</b>

DANILO RAMON ARAÚJO DO NASCIMENTO  
**SECRETÁRIO - 080.093.894-12**

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
**CONTADOR CRC.016643/O-1**

Documento Assinado em 26/03/2026 por DANILORAMON ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
 Acesse em: https://portaltransparencia.gov.br/epp/validarDoc.seam?codigoDocumento:9d51ec60-b706-49a2-a532-3a565b94b1d

# Fundo Municipal de Educação de Pesqueira

## Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIZSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5f994b1d

### a) Informações Gerais

#### a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educação de Pesqueira

CNPJ: 06.074.663/0001-37

#### a.2. Domicílio da entidade

Av Carlos de Brito, s/n  
Centro, Pesqueira – PE  
CEP: 55200-000

#### a.3. Dados do gestor

DANILO RAMON ARAÚJO DO NASCIMENTO

Cargo: SECRETÁRIO

CPF: 080.093.894-12

#### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA

JUNIOR CRC: 16643/O-1

#### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Educação de Pesqueira concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 3.486 de 19 de novembro de 2024 (LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

#### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de Dezembro de 2024 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

#### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da seguinte Entidade do Município de Pesqueira:

Fundo Municipal de Educação de Pesqueira

### b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

#### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do



exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

## **b.2. Bases de mensuração utilizadas**

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

### **b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extra-orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

### **b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### **b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### **b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

### **b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2025, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2025, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

### **b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações



sinérgicas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

#### **b.2.7. Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício

# Fundo Municipal de Educação de Pesqueira

## Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIDSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://steice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balço Financeiro.

### **b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balço Financeiro.

## **c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas**

### **c.1. Notas com Referências Cruzadas**

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

#### **Nota 1: Receita Orçamentária**

Os ingressos orçamentários do exercício de 2025 totalizaram R\$ 106.817.566,35. Houve um aumento de R\$ 11.321.503,32 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 95.496.063,03.

#### **Nota 2: Transferências financeiras recebidas**

O valor das transferências recebidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 8.393.972,16. Houve uma queda de R\$ 2.256.609,22 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 10.650.581,38.

#### **Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários**

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 24.348.658,89, sendo R\$ 18.694.644,02 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 5.442.029,35 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 211.985,52 decorrentes de outros recebimentos extra- orçamentários.

#### **Nota 4: Saldo do exercício anterior**

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 3.502.383,24, sendo R\$ 3.502.383,24 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

#### **Nota 5: Despesa orçamentaria**

A despesa orçamentária empenhada do exercício de 2025 totalizaram R\$ 113.695.933,73. Houve um aumento de R\$ 13.451.341,81 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 100.244.591,92.

#### **Nota 6: Transferências financeiras concedidas**

O valor das transferências concedidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2024.

#### **Nota 7: Desembolsos extra orçamentários**

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 19.984.329,73, sendo R\$ 19.984.329,73 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 18.304.004,48 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 1.484.522,41 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

#### **Nota 8: Saldo para o exercício seguinte**

O saldo disponível em 31/12/2025 foi de R\$ 9.382.317,18, sendo R\$ 9.382.317,18 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

## **d) Outras Informações Relevantes**

### **d.1. Resultado financeiro do período**

O saldo final do exercício de 2025 totalizaram R\$ 143.062.580,64. Houve um aumento de R\$ 17.742.359,25 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 125.320.221,39.

# Fundo Municipal de Educação de Pesqueira

## Nota Explicativa

### Balanço Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUISSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	3.502.383,24
+	Receita Orçamentária	106.817.566,35
+	Transferências Financeiras Recebidas	8.393.972,16
+	Recebimentos Extra Orçamentários	24.348.658,89
-	Despesas Orçamentárias	113.695.933,73
-	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	19.984.329,73
=	Saldo para o Exercício Seguinte	9.382.317,18

#### d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

#### d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

#### d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

#### d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

#### d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

#### e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

##### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 8.393.972,16

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

##### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$

0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

#### f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

##### RECURSO ORDINÁRIOS:

Totalizando R\$ 0,00

##### RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

#### g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

# Fundo Municipal de Educação de Pesqueira

## Nota Explicativa

### Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64



#### i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extra-orçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

#### j) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.

**DANILO RAMON ARAÚJO DO  
NASCIMENTO**  
SECRETÁRIO, CPF 080.093.894-12

**MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA  
JUNIOR**  
CONTADOR, CRC 16643/0-1



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIDSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://etcetec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-4d32-3d56f5b94b1d



# BALANÇO

## FINANCEIRO

### INDIVIDUAL

# 2025

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INDIVIDUAL



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>41.078.379,21</b>	<b>36.816.343,82</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VII)</b>	<b>69.171.883,06</b>	<b>62.917.005,51</b>
- Recursos Não Vinculados	116.771,04	2.310,71	- Recursos Não Vinculados	24.050.517,64	18.530.440,39
- Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	40.961.608,17	36.814.033,11	- Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	45.121.365,42	44.386.565,12
- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Saúde	40.961.608,17	36.814.033,11	- Recursos Destinados à Saúde	45.121.365,42	44.386.565,12
- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00	- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social (Exceto RPPS)	0,00	0,00	- Recursos Destinado a Previdência Social (Exceto RPPS)	0,00	0,00
- Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	- Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00
- Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	- Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
- Outras Vinculações	0,00	0,00	- Outras Vinculações	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>31.462.270,60</b>	<b>27.798.730,74</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
451120201 - REPASSE RECEBIDO - FMS	21.207.957,53	18.678.368,72	- Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
451120205 - REPASSE RECEBIDO - PMP	10.254.313,07	9.120.362,02	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
- Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00			
- Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00			
<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS CONCEDIDAS (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	- Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
- Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00	- Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00

Documento emitido em 26/03/2026 às 18:41:33. Documento assinado digitalmente por MIGUEL RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR. Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a565b94b1d



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (IV)</b>	<b>10.954.681,78</b>	<b>8.681.963,17</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (X)</b>	<b>8.732.249,15</b>	<b>9.728.816,16</b>
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.572.225,58	0,00	- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
- Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.095.624,00	2.015.357,59	- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.015.188,69	2.990.968,76
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.525.372,54	6.498.468,09	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.528.303,13	6.577.028,97
21881010103 - IPSEMP - SERVIDOR	1.878.208,87	1.652.698,19	21881010103 - IPSEMP - SERVIDOR	1.563.976,02	1.769.008,82
21881010201 - INSS - SERVIDOR	834.724,89	806.652,83	21881010201 - INSS - SERVIDOR	841.131,66	800.228,81
21881010202 - INSS - PESSOA FISICA	85.555,62	93.936,23	21881010202 - INSS - PESSOA FISICA	79.593,01	84.554,93
21881010203 - INSS - PESSOA JURIDICA	113.239,29	238.343,00	21881010203 - INSS - PESSOA JURIDICA	129.407,64	224.170,65
21881010401 - IRRF - SERVIDOR	768.387,79	735.523,09	21881010401 - IRRF - SERVIDOR	657.806,58	744.339,47
21881010402 - IRRF - PESSOA FISICA	161.727,49	231.090,10	21881010402 - IRRF - PESSOA FISICA	92.247,83	233.339,20
21881010403 - IRRF - PESSOA JURIDICA	252.244,26	223.398,65	21881010403 - IRRF - PESSOA JURIDICA	177.554,75	210.889,24
21881010602 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	68,08	21881010602 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	0,08
21881010801 - ISS - PESSOA FISICA	53.292,40	72.486,00	21881010801 - ISS - PESSOA FISICA	29.897,00	70.668,08
21881010802 - ISS - PESSOA JURIDICA	114.981,57	201.587,91	21881010802 - ISS - PESSOA JURIDICA	93.043,57	190.677,12
21881011001 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	25.340,85	27.588,16	21881011001 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	25.340,85	24.138,60
21881011104 - PROSMED	9.881,00	11.121,50	21881011104 - PROSMED	8.777,00	11.749,00
21881011105 - PLUS SAUDE	5.060,00	2.520,00	21881011105 - PLUS SAUDE	4.585,00	0,00
21881011106 - SYSTEM SAUDE	4.683,60	1.767,60	21881011106 - SYSTEM SAUDE	3.331,60	0,40
21881011301 - SISMUP	41.970,40	40.241,89	21881011301 - SISMUP	38.486,57	40.339,29
21881011306 - ASSOCIAÇÃO PACS - ENDEMIAS	87.177,40	81.950,40	21881011306 - ASSOCIAÇÃO PACS - ENDEMIAS	76.297,63	80.998,40
21881011307 - SINDACS PACS / ENDEMIAS	34.959,95	23.043,84	21881011307 - SINDACS PACS / ENDEMIAS	34.960,55	24.043,84
21881011309 - SEEPE	816,96	816,96	21881011309 - SEEPE	748,88	0,96
21881011311 - NENO DIST. SISMUP	39.125,00	14.520,00	21881011311 - NENO DIST. SISMUP	36.250,00	14.520,00
21881011501 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	154.098,83	141.809,81	21881011501 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	154.098,83	141.809,81
21881011502 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO SANTANDER	0,00	73.973,51	21881011502 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO SANTANDER	0,00	73.973,51
21881011509 - CONSIGNADO BONSUCESSO	0,00	1.059,56	21881011509 - CONSIGNADO BONSUCESSO	0,00	1.059,56
21881011510 - CONSIGNADO BANCO GERADOR	185,58	1.928,92	21881011510 - CONSIGNADO BANCO GERADOR	185,58	1.928,92
21881011511 - CONSIGNADO CEF CONVÊNIO S.M.S	1.108.201,65	864.975,27	21881011511 - CONSIGNADO CEF CONVÊNIO S.M.S	987.609,78	864.975,27
21881011512 - CONSIGNADO BB CONVÊNIO S.M.S	26.655,97	36.614,73	21881011512 - CONSIGNADO BB CONVÊNIO S.M.S	24.454,04	36.614,73
21881011513 - CONSIGNADO CARTÃO DE CRÉDITO BANCO PANAMERICANO	223,56	223,56	21881011513 - CONSIGNADO CARTÃO DE CRÉDITO BANCO PANAMERICANO	204,93	242,19



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
21881011515 - CONSIGNADO SANTANDER CONVÊNIO S.M.S	921.427,05	815.765,13	21881011515 - CONSIGNADO SANTANDER CONVÊNIO S.M.S	852.492,73	815.765,13
21881011517 - CONSIGNADO CEF CONVÊNIO F.M.S	0,00	69.552,50	21881011517 - CONSIGNADO CEF CONVÊNIO F.M.S	0,00	69.552,50
21881011518 - CONSIGNADO CARTÃO SAÚDE DMI	7.431,02	0,00	21881011518 - CONSIGNADO CARTÃO SAÚDE DMI	7.431,02	0,00
21881011519 - PREVIPLAN CARD	23.291,87	0,00	21881011519 - PREVIPLAN CARD	12.003,09	0,00
21881019903 - DESC HOSPITAL DO CANCER	33,48	33,48	21881019903 - DESC HOSPITAL DO CANCER	30,69	33,48
21881019907 - DESC. FALTAS DE SERVIDOR	0,00	1.976,80	21881019906 - OUTROS CONSIGNADOS	584.536,67	0,00
21881019908 - Desconto 13º Salário	725.314,29	0,00	21881019909 - VALE-GÁS	0,00	1.976,80
21881019909 - VALE-GÁS	0,00	15.685,00	21881019916 - NG CARD	9.619,63	0,00
21881019910 - DESC FALTA DE SERVIDOR - FMS	21.458,53	7.862,11	21881030101 - Ordem Judicial	2.200,00	2.200,00
21881019916 - NG CARD	13.703,37	0,00	113810802 - SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	117.574,32	94.699,72
21881030101 - Ordem Judicial	2.400,00	3.200,00	113810902 - SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	71.183,01	73.437,77
21881990001 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	9.255,00	4.453,28	- Outros Pagamentos Extraorçamentários	188.757,33	168.137,49
218820199 - OUTRAS CONSIGNAÇÕES	315,00	0,00			
113810802 - SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	109.785,79	94.699,72			
113810902 - SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	67.137,20	73.437,77			
- Outros Recebimentos Extraorçamentários	761.459,66	168.137,49			
213110101 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	584.536,67	0,00			
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>	<b>3.375.571,21</b>	<b>2.724.405,15</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>8.966.770,59</b>	<b>3.375.571,21</b>
- Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	3.375.571,21	2.724.405,15	- Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	8.966.770,59	3.375.571,21
11111190002 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - FMS	1.206,56	1.026,49	11111190001 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - PREFEITURA	250.966,00	0,00
11111509902 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FMS	3.352.734,58	2.702.817,90	11111190002 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - FMS	4.400.539,44	0,00
11111509905 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FME	21.630,07	20.560,76	11111200002 - BANCOS CONTA VINCULADAS - FMS	3.044,62	0,00
- Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00	11111500301 - FUNDOS DE INVESTIMENTO - PREFEITURA	515.771,78	0,00
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	11111500302 - FUNDOS DE INVESTIMENTO - FMS	20.526,33	0,00
			11111500402 - CDB - FMS	0,00	719.860,00
			11111509901 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PREFEITURA	1.889,21	0,00
			11111509902 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FMS	3.750.222,99	2.632.871,58
			11111509905 - OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FME	23.810,22	21.630,07
			- Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00

Documento assinado digitalmente por RAFAEL DOS SANTOS ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
 Acesse em: https://sccs.ce.gov.br/eppl/validarDocumento.aspx



ESTADO DE PERNAMBUCO  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PESQUEIRA**  
 Balanço Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Principal**

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
<b>TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)</b>	<b>86.870.902,80</b>	<b>76.021.442,88</b>	<b>TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)</b>	<b>86.870.902,80</b>	<b>76.021.442,88</b>

Documento assinado eletronicamente por: MARCOS LUIDSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
 Acesse em: https://etodoc.ce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PESQUEIRA**  
**Balanco Financeiro**

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 16.762/2017



De 01/01/2025 à 31/12/2025

**Quadro Anexo**

Especificação	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>116.771,04</b>	<b>0,00</b>	<b>116.771,04</b>	<b>2.310,71</b>	<b>0,00</b>	<b>2.310,71</b>
<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>	<b>40.961.608,17</b>	<b>0,00</b>	<b>40.961.608,17</b>	<b>36.814.033,11</b>	<b>0,00</b>	<b>36.814.033,11</b>
- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Saúde	40.961.608,17	0,00	40.961.608,17	36.814.033,11	0,00	36.814.033,11
- Recursos Destinado a Previdência Social - (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>41.078.379,21</b>	<b>0,00</b>	<b>41.078.379,21</b>	<b>36.816.343,82</b>	<b>0,00</b>	<b>36.816.343,82</b>

JAQUELINE CORDEIRO LOPES  
**SECRETÁRIA - 118.101.994-09**

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
**CONTADOR CRC.016643/O-1**

Documento Assinado em 26/03/2026 por MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
 Assinado em: 26/03/2026 18:41:33  
 Documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

**Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira**  
**Nota Explicativa**  
**Balanco Financeiro**  
**Anexo 13, Lei nº4.320/64**



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUIZSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5f994b1d

**a) Informações Gerais**

**a.1. Nome da entidade**

Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira

CNPJ: 10.488.181/0001-09

**a.2. Domicílio da entidade**

Av Carlos de Brito, s/n  
Centro, Pesqueira – PE  
CEP: 55200-000

**a.3. Dados do gestor**

JAQUELINE CORDEIRO LOPES  
Cargo: SECRETÁRIA  
CPF: 118.101.994-09

**a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas**

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA  
JUNIOR CRC: 16643/O-1

**a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade**

O Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 3.486 de 19 de novembro de 2024 (LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

**a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis**

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de Dezembro de 2024 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

**a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis**

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da seguinte Entidade do Município de Pesqueira:

Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira

**b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas**

**b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o



demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

## **b.2. Bases de mensuração utilizadas**

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 11ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

### **b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extra-orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

### **b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### **b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### **b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

### **b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2025, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2025, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

### **b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não



são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

#### **b.2.7. Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é

# Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira

## Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUISSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://etec.ace.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balço Financeiro.

### b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balço Financeiro.

## c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

### c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

#### Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2025 totalizaram R\$ 41.078.379,21. Houve um aumento de R\$ 4.262.035,39 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 36.816.343,82.

#### Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 31.462.270,60. Houve um aumento de R\$ 3.663.539,86 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 27.798.730,74.

#### Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 10.954.681,78, sendo R\$ 7.525.372,54 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 1.572.225,58 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 1.095.624,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 761.459,66 decorrentes de outros recebimentos extra- orçamentários.

#### Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 3.375.571,21, sendo R\$ 3.375.571,21 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

#### Nota 5: Despesa orçamentaria

A despesa orçamentária empenhada do exercício de 2025 totalizaram R\$ 69.171.883,06. Houve um aumento de R\$ 6.254.830,55 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 62.917.052,51.

#### Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2025, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2024.

#### Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 8.732.249,15, sendo R\$ 6.528.303,13 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 188.757,33 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 2.015.188,69 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

#### Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2025 foi de R\$ 8.966.770,59, sendo R\$ 8.966.770,59 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

## d) Outras Informações Relevantes

### d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2025 totalizaram R\$ 86.870.902,80. Houve um aumento de R\$ 10.849.459,92 em relação ao exercício de 2024 que foi de R\$ 76.021.442,88.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

**Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira****Nota Explicativa****Balço Financeiro**

Anexo 13, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS LUISSON DE ARAUJO, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
Acesse em: <https://ste.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9d51ec60-b706-49a2-a532-3a56f5b94b1d

+	Saldo do Exercício Anterior	3.375.571,21	
+	Receita Orçamentária	41.078.379,21	
+	Transferências Financeiras Recebidas	31.462.270,60	
+	Recebimentos Extra Orçamentários	10.954.681,78	
-	Despesas Orçamentárias	69.171.883,06	
-	Transferências Financeiras Concedidas		0,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	8.732.249,15	
=	Saldo para o Exercício Seguinte	8.966.770,59	

**d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos**

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

**d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.4. Divulgações não financeiras**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:****TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):**

Para Execução Orçamentária R\$ 31.462.270,60

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$

0,00

**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):**

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00

Independente da Execução Orçamentária R\$

0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

**f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:****RECURSO ORDINÁRIOS:**

Totalizando R\$ 0,00

**RECURSOS VINCULADOS:**

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

**g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

# Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira

## Nota Explicativa

### Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64



#### **i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extra-orçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

#### **j) Adequação ao PIPCP:**

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.

**JAQUELINE CORDEIRO LOPES**  
SECRETÁRIA, CPF 118.101.994-09

**MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA**  
**JUNIOR**  
CONTADOR, CRC 16643/0-1